



MOVIMENTOS ANTIVACINA: dilema social e contrapontos da história

ANTIVACINE MOVEMENTS: social dilemma and history counterpoints

MOVIMIENTOS ANTIVACINA: dilema social y contrapuntos de la historia

Cilene Gomes¹, Micael Henrique da Silva Santos², Valéria Regina Zanetti³, Aline Cristina Gomes da Costa⁴ & Bianca Siqueira Martins Domingos⁵

Resumo: Este artigo propõe uma análise sobre os movimentos antivacinas no contexto atual brasileiro de pandemia da COVID-19, realizando um contraponto histórico com a Revolta da

¹ Professora Doutora do PPG de Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5217-9426>. Email: cilenegomes2011@gmail.com.

² Doutorando do PPG de Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1138-9870>. Email: santos.micael@outlook.com.br.

³ Professora Doutora do PPG de Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2968-9342>. Email: valzanetti.zanetti@gmail.com.

⁴ Doutoranda do PPG de Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7027-9690>. Email: aline_cgc@hotmail.com.

⁵ Doutoranda do PPG de Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9249-4754>. Email: biancasiqueira.m@gmail.com.

Vacina, ocorrida em 1904, na cidade do Rio de Janeiro, a fim de ressaltar o dilema social contido nas distopias da comunicação entre estado e sociedade no Brasil, bem como o lugar da ciência e dos meios de comunicação de massa no contexto geral das relações entre política e saúde pública. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a Revolta da Vacina e um estudo netnográfico nas redes sociais *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*, com base em pesquisa de palavras-chave por algoritmos vinculados às *hashtags* sobre o período pandêmico de COVID-19, no decorrer do ano de 2020 até 2022.

Palavras-chave: Pandemia de COVID-19, Movimentos Antivacina, Revolta da Vacina.

Abstract: This article proposes an analysis of the anti-vaccine movements in the current Brazilian context of the pandemic of COVID-19, making a historical counterpoint with the Vaccine Revolt, which occurred in 1904, in the city of Rio de Janeiro, in order to highlight the social dilemma contained in dystopias of communication between state and society in Brazil, as well as the place of science and the mass media in the general context of the relations between politics and public health. To this end, a bibliographic search was carried out on the Vaccine Revolt and a netnographic study on Google Trends and on the social networks Instagram and Facebook, based on keyword research by algorithms linked to hashtags about the pandemic period of COVID-19, during the year 2020 to 2022.

Keywords: COVID-19 pandemic, Anti-Vaccine Movements, Vaccine Revolt.

Resumen: Este artículo propone un análisis de los movimientos antivacunas en el contexto brasileño actual de la pandemia de COVID-19, haciendo un contrapunto histórico con la Revuelta de las Vacunas, ocurrida en 1904, en la ciudad de Río de Janeiro, con el fin de resaltar el dilema social contenido en las distopías de comunicación entre el Estado y la sociedad en Brasil, así como el lugar de la ciencia y los medios de comunicación en el contexto general de las relaciones entre política y salud pública. Para tanto, se realizó una búsqueda bibliográfica sobre la Revuelta de las Vacunas y un estudio netnográfico en Google Trends y en las redes sociales Instagram y Facebook, basado en la investigación de palabras clave mediante algoritmos vinculados a hashtags sobre el período pandémico del COVID-19, durante el año 2020 hasta 2022.

Palabras clave: Pandemia de COVID-19, Movimientos anti-vacunas, Revuelta de las Vacunas.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma análise sobre os movimentos antivacinas no contexto brasileiro de pandemia⁶ da COVID-19, de 2020 a 2022, realizando um contraponto histórico entre a Revolta da Vacina, ocorrida em 1904, na cidade do Rio de Janeiro, e os atuais movimentos antivacinas disseminados pelas redes sociais. Ressalta-se o dilema social contido nas distopias da comunicação entre estado e sociedade no Brasil, bem como o lugar da ciência e dos meios de comunicação de massa no contexto geral das relações entre política e saúde pública.

Desde o início do século XX, o Brasil tem sido reconhecido, no campo da saúde pública, por sua organização política na busca de redução da morbidade e mortalidade por doenças transmissíveis, com o trabalho precursor de Oswaldo Cruz. Essa trajetória se evidencia com o Programa Nacional de Imunização, de 1973, campanhas e calendários de vacinação, melhorias na estrutura técnico-científica e de autossuficiência na produção de vacinas e, ainda, com os planos de erradicação de doenças e de atendimento a populações diferenciadas (SILVA JUNIOR, 2013). Todavia, em anos recentes, o bom êxito de algumas ações se alterou, a partir de 2016, com a redução das coberturas das principais vacinas do Calendário Nacional de Vacinação, abrindo a possibilidade de retorno de doenças já erradicadas (como o sarampo e a poliomielite) e aumentando o número de municípios e população com uma cobertura inadequada (STEVANIM, 2019).

Pesquisas realizadas com a preocupação de compreender os motivos que levam as pessoas a não se vacinarem apontam razões mais subjetivas do que as dificuldades de acesso aos locais de vacinação. Contesta-se a necessidade da vacina por vários motivos; ou porque não se vê mais falar na doença e, portanto, entende-se que não há o risco de contraí-la, ou por acompanhar informações falsas divulgadas pela *Internet*, ou pelas falhas de comunicação dos órgãos de saúde com a população, pela própria crise do Sistema Único de Saúde, dentre outros motivos (STEVANIM, 2019).

A história da saúde pública no Brasil tem nos mostrado que, assim como no início do século XX houve um embate por parte da população contra a imposição

⁶ Termo definido pelo Dicionário de Epidemiologia como “uma epidemia que ocorre em todo o mundo ou em uma área muito ampla, cruzando fronteiras internacionais e geralmente afetando um grande número de pessoas” (PORTA, 2008, p. 179).

do governo sobre a obrigatoriedade de vacinação (contra a varíola), hoje, esta questão é levantada pelo próprio governo federal, que minimiza as recomendações da Organização Mundial da Saúde, como a de isolamento social, uma das principais medidas de proteção contra o coronavírus. Entoando o chavão “O Brasil não pode parar” e propagando por suas redes “oficiais”⁷ a liberdade de escolha da população em se vacinar ou não, o governo tem colaborado para o discurso da não obrigatoriedade das vacinas que, aliás, adquire força diante das condições de propagação acelerada de informações impulsionadas pelos modernos algoritmos das plataformas digitais.

Se as duas situações se assemelham quanto ao fato de retratarem a comunicação entre estado e sociedade, intermediada pela atuação dos meios de comunicação de massa, por outro lado, elas diferem uma da outra com relação ao posicionamento dos agentes sobre o conhecimento científico e a vacinação em si.

O artigo está dividido em três partes. A primeira refere-se à Revolta da Vacina no contexto de início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, e baseou-se em fontes históricas e notícias na mídia do período. A segunda parte refere-se aos movimentos antivacinas que ganham força no ano de 2020 e continuam até 2022, diante da iminência e durante a vacinação contra a COVID-19. Esses movimentos serão identificados a partir do método da *netnografia*, mediante o uso de ferramentas de busca nas redes sociais *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*, de acordo à proporção e ao engajamento do movimento na atualidade, apesar do fácil acesso às informações em sites confiáveis, como o da Organização Mundial da Saúde (OMS).

32

Por fim, na terceira parte, as dissonâncias da comunicação entre estado e sociedade serão o foco da narrativa, para evidenciar o dilema social acerca da questão da vacina nos dois períodos históricos trabalhados, confluindo para a discussão sobre o papel dos meios de comunicação de massa na constituição da esfera pública contemporânea e o sentido da mutação política de nosso tempo capitaneado pelo negacionismo e pela desinformação.

⁷ Sugere-se a palavra “oficiais” entre aspas devido ao uso das redes sociais (*Twitter*, *Facebook* e *Instagram*) pelo governo federal.

2. A REVOLTA DA VACINA EM 1904 NA CIDADE DO Rio de Janeiro

O ano de 1850 foi marcado pela primeira grande epidemia que assolou o Brasil. No Rio de Janeiro, milhares de pessoas contraíram a febre amarela, moléstia que acometia tanto o interior quanto as cidades (COSTA et al., 2011). A partir de 1889, a doença se dispersou pela Serra do Mar, atingindo grande parte da zona cafeeicultora paulista (PEREIRA, 2011). Os imigrantes, indispensáveis à produção de café, eram os mais sensíveis à doença, pelo fato de ainda não terem tido contato com o agente causador da febre amarela.

Em 1884, com os resultados importantes da teoria bacteriológica sobre a transmissão da febre amarela pelo mosquito *Aedes aegypti*, ações de controle ligadas ao ambiente fizeram com que a relação entre doenças e insetos ganhasse notoriedade no Brasil, devido ao seu clima tropical (DEL REGATO, 2001). Foi justamente na passagem ao século XX que chegam ao país, provenientes da Europa (França e Alemanha), novas ideias ligadas à medicina social urbana, tais como a da salubridade e higiene das casas e ambientes urbanos e a da vacinação em massa (FOUCAULT, 1988).

Em meados da década de 1890, a cidade do Rio de Janeiro vivia um clima de descontentamento geral. Com a população crescendo e os problemas de falta de saneamento básico, as doenças transmissíveis como febre amarela, peste bubônica, varíola e tuberculose aumentavam e eram razão de assombro, medo e preocupação política e científica (Abi-Ramia & Sandoval, 2011). O país vivia o auge da exportação de café e os navios que atracavam na capital submetiam-se à quarentena, o que, para a época, prejudicava a “política de estímulo à imigração estrangeira” e acarretava “enormes prejuízos à economia nacional”, pois muitos tripulantes faleciam com febre amarela nesse processo (SECS RJ, 2006, p. 22), fato que contribuiu para a capital brasileira ser conhecida como “túmulo dos estrangeiros” (IDEM, 2011). Tal referência pode ser vista a partir dos versos conferidos ao cônsul austríaco no Brasil, Ludwig Ferdinand Schimidt (1823-1888), ao relatar o clima do Rio de Janeiro, no verão:

Oh! Sombra, sobre a imagem encantada / Cores escuras pousam sobre os campos e florestas / O mal da natureza paira, poderoso / Sobre a florida superfície tropical / O poder supremo / Deste império não é de nenhum Herodes / No entanto

é a terra da morte diária / Túmulo insaciável do estrangeiro (ABI-RAMIA; SANDOVAL, 2011).

Para os cafeicultores, “além de vergonha nacional, as condições sanitárias da capital da República impediam a chegada de investimentos, maquinaria e mão-de-obra estrangeira” (SECS RJ, 2006, p. 23). Com isso, o Rio de Janeiro se empenhou em resolver os problemas urbanísticos e de saúde pública a fim de atender ao dinamismo capitalista e manter o vigor de suas relações internacionais.

Após a varíola, a peste bubônica e a febre amarela terem contaminado consideravelmente parte da população, o então presidente Rodrigues Alves deu início a uma série de reformas urbanas e sanitárias (AZEVEDO, 2018). Por isso, a reorganização urbana tornou-se prioritária para resolver a situação alarmante de endemias⁸ que assolavam o país. Uma ampla reforma urbana foi encabeçada pelo então prefeito Francisco Pereira Passos, pautada pelo higienismo haussmaniano, causando transtornos e indignação das populações mais pobres, em razão da política de demolição de quarteirões para a construção de grandes avenidas e da consequente expulsão de moradores dos cortiços, atingindo cerca de dezenas de milhares de pessoas (VEIGA, 2020).

Nesse momento, o médico sanitarista Oswaldo Cruz foi chamado para ocupar a Diretoria Geral de Saúde Pública do Instituto Soroterápico do Rio de Janeiro (futura Fiocruz) e resolver o problema das doenças da época. A solução foi a fumaça contra o mosquito (febre amarela), matança de ratos (peste bubônica) e a vacina para a varíola (VEIGA, 2020). O plano proposto por Oswaldo Cruz a respeito da regulamentação sobre a aplicação da vacina obrigatória contra a varíola foi publicado pelo jornal A Notícia sem consentimento das autoridades, no dia 9 de novembro de 1904, na cidade do Rio de Janeiro, sendo o principal fator que desencadeou, o que mais tarde, se denominaria a Revolta da Vacina.

A vacinação obrigatória foi enfaticamente repelida pela população, já oprimida pela ação pública de demolição dos cortiços, pela exploração nas indústrias e pelos constrangimentos causados pelo *modus operandi* das

⁸ Termo definido pelo Dicionário de Epidemiologia como “presença constante de uma doença ou agente infeccioso em uma determinada área geográfica ou grupo populacional; também pode se referir à prevalência usual de uma determinada doença dentro de tal área ou grupo” (PORTA, 2008, p. 78).

autoridades na luta contra as doenças, ocasionando as agitações sociais no dia seguinte à publicação, também insuflada pela imprensa. O *slogan* “o Rio civiliza-se”, criado pelo cronista Figueiredo Pimentel para ridicularizar a campanha de Oswaldo Cruz, e a charge de Leonidas intitulada “Oswaldo Cruz, ‘o Napoleão de seringa e lanceta’” (Figura 1), publicada no jornal O Malho, retratam o cenário ruidoso da cidade durante praticamente uma semana.

Figura 1: Charge de Leonidas: Oswaldo Cruz, “o Napoleão de seringa e lanceta”



Fonte: O Malho, 24/10/1904, apud. (SECS RJ, 2006, p. 23).

Segundo Sevcenko (2010), o que se contestava não era apenas a obrigatoriedade da vacinação, mas a índole dos que realizavam a aplicação, sobretudo contra o teor coercivo da lei:

Os interlocutores da oposição, enraivecidos, respondiam ao governo que, no caso da lei brasileira, os métodos de aplicação do decreto de vacinação eram truculentos, os soros e sobretudo os aplicadores pouco confiáveis, e os funcionários, enfermeiros, fiscais e policiais encarregados da campanha manifestavam instintos brutais e moralidade discutível (Sevcenko, 2010, p. 7).

Além disso, boatos, alaridos e discursos oposicionistas contribuíram para alimentar a crença na dizimação das populações mais pobres, advogando pela liberdade individual frente à vacina obrigatória.

Um estudo realizado por Carvalho (2017) revelou que a Revolta da Vacina resultou em 30 mortos, 110 feridos, 945 presos e 461 deportados, o que serve para demonstrar seu profundo impacto na sociedade da época. Conforme relata VEIGA (2020, não paginado),

Entre 13 e 16, o Rio se tornou cenário de guerrilha. Casas foram apedrejadas, bondes foram tombados. Houve fios de iluminação pública cortados, barricadas e agressões. Políticos opositoristas começaram a articular um golpe de Estado para depor o governo de Rodrigues Alves — mas a ideia não foi bem-sucedida. O movimento só foi contido a partir do dia 16, quando foi declarado estado de sítio e a obrigatoriedade da vacina foi suspensa.

Em 1907 considerou-se que a febre amarela havia sido erradicada no Rio de Janeiro (SILVA; GONÇALVES, 2019). Em 1908, a Varíola voltou a aparecer, mas, desta vez, a própria população recorreu aos postos de vacinação (FIOCRUZ, 2005). Entre os anos de 1918 e 1919, o Brasil se viu diante da Gripe Espanhola (RIBEIRO; MARQUES; MOTA, 2020).

3. MOVIMENTOS ANTIVACINA NO CENÁRIO INTERNACIONAL E BRASILEIRO DE 2020 a 2022, em meio à pandemia de COVID-19

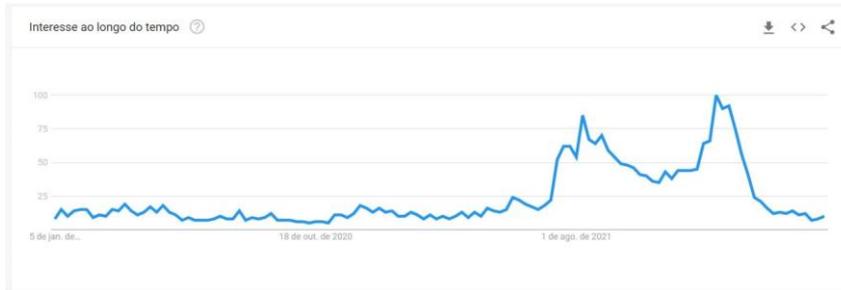
36

Ainda hoje é notória a recusa de algumas pessoas no Brasil em relação à vacinação contra uma série de tipos de patologias, dentre elas, a febre amarela, que vem causando muitos malefícios. Esta recusa acontece também sobre vacinas que estão em diferentes fases de testagem contra a COVID-19, maior pandemia do século XXI.

Em uma pesquisa no *Google* de termos ligados ao movimento antivacina no mundo, considerando todas as categorias de busca no período de janeiro de 2020 a maio de 2022, de acordo com a ferramenta *Google Trends*, a Nova Zelândia é o país que mais busca o termo “antivax”, seguido da França e Luxemburgo. O Brasil aparece na 24ª posição. A Figura 2 mostra que os picos de popularidade na busca pelo termo atingiu o ápice nos meses de agosto de 2021 e janeiro de 2022⁹.

⁹ Nestes períodos, a vacinação contra a COVID-19 já estava em fase de inicialização no mundo.

Figura 2 – Interesse mundial na busca pelo termo “antivax” no Google de janeiro de 2020 a maio de 2022



Fonte: Google Trends (2022)

Delimitando a busca no *Google* pelo termo em português “antivacina”, considerando todas as categorias de busca em um recorte temporal de janeiro de 2020 a maio de 2022 e recorte espacial restrito ao Brasil, a ferramenta *Google Trends* aponta também para um pico de popularidade nas buscas no mês de janeiro de 2022. Neste recorte, o estado de Minas Gerais lidera o *ranking* de interesse pelo termo (Figura 3).

Figura 3 – Interesse brasileiro por estados na busca pelo termo “antivacina” no Google de janeiro de 2020 a maio de 2022



Fonte: Google Trends (2022)

Foi realizada uma netnografia por meio dos resultados obtidos nos mecanismos de buscas das redes sociais *Facebook* e *Instagram* (Quadro 1). A netnografia foi aplicada nesta pesquisa por meio da captura de dados arquivais a partir de um trabalho de campo *online*, permitindo uma compreensão dos fenômenos culturais e comunais ligados ao tema estudado (KOZINETZ, 2014). Foram utilizadas, aproximadamente, dez diferentes variações dos termos ligados

ao movimento antivacina nos campos de buscas no *Facebook* e *Instagram*, sem o estabelecimento de um recorte temporal e considerando os resultados brutos identificados após a busca. Houve o enfoque em dados quantificáveis em ambas as redes sociais, como quantidade de curtidas e publicações.

Quadro 1 – Popularidade de movimentos antivacinas em Redes Sociais no mundo

Rede Social	Posição	Páginas e Grupos mais populares	Quantidade de curtidas
<i>Facebook</i>	1	O Lado Obscuro das Vacinas	2.900 curtidas + 14.000 membros no grupo
	2	(Vacinas) Vacinação: Reações Adversas e Liberdade de Escolha	952 membros
	3	Brasil sem vacinas	824 curtiram
	4	Antivaxers for TRUTH	158 curtidas
	5	Movimento antivacina Brasileiro	49 curtidas
<i>Instagram</i>	Hashtags mais populares		Quantidade de publicações
	1	#antivax	99.900 mil publicações
	2	#antivacc	2.700 publicações
	3	#antivaccers	1.700 publicações
	4	#antivacina	892 publicações
	5	#antivac	452 publicações

38

Fonte: Os autores (2020)

Os resultados demonstrados no Quadro 1 apontam para uma ampla disseminação de informações acerca da pauta e do movimento antivacina. Destaca-se que as postagens no *Instagram* podem ser tanto para combater quanto

para apoiar a antivacinação, com a indexação da pauta por meio das *hashtags*. Nos resultados obtidos no *Facebook* a partir das páginas e grupos, foram identificados resultados que enfocam apenas nos movimentos que apoiam a antivacinação. Durante a pesquisa netnográfica foi possível observar o combate à desinformação promovido pelas redes sociais, inclusive pelo *Twitter*. Ao digitar termos antivacina nos campos de busca no *Twitter*, *Instagram* e *Facebook*, um alerta é automaticamente emitido pela ferramenta de busca destacando a importância de se buscar informações confiáveis e atualizadas sobre o tema (Figuras 4 (a), (b) e (c)).

Outro ponto a se destacar nesta pesquisa netnográfica foi a dificuldade de localização de resultados pró movimentos antivacina durante a busca por informações nestas redes sociais, sendo que aparecem destacados perfis governamentais e que produzem informações confiáveis. Isto é reflexo das ações cunhadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020, tradução nossa) ao firmar um compromisso com o *Instagram* e *Facebook* para “garantir que os usuários encontrem dados precisos sobre vacinas ao buscar informações e conselhos nas páginas, grupos, mecanismos de pesquisa e fóruns do *Instagram* e do *Facebook*”.

Figuras 4 – (a) Alerta emitido automaticamente pelo *Twitter*; (b) Alerta emitido automaticamente pelo *Instagram* e; (c) Alerta emitido automaticamente pelo *Facebook*

39



(a)



(b)



(c)

Fonte: (a) *Twitter* (2020), (b) *Instagram* (2020) e (c) *Facebook*

4. DISTOPIAS DA COMUNICAÇÃO ENTRE Estado e Sociedade

Embora a história não se repita, existem recorrências que se exprimem no decurso do tempo em torno de alguns fatos ou correlações entre eles. Aqui, a comunicação entre estado e sociedade, o papel da ciência e dos meios de comunicação de massa estão no cerne do que torna os eventos relatados ao mesmo tempo similares e distintos. Para a compreensão das transformações políticas

atuais e a constituição da esfera pública, tais fenômenos sociais encerram potenciais analíticos de grande interesse e valor para refletir sobre as relações entre conscientização e opinião pública, sobretudo no momento de globalização e pandemia.

Se, do ponto de vista técnico-científico, as notícias de jornal, crônicas, contos, charges e relatos são consideradas fontes não oficiais, elas contribuem, na visão de Pollak (1989), para a compreensão do período histórico e análises da "memória coletiva", uma vez que possibilitam observar como, psicologicamente, as coletividades transformam fatos em memórias duráveis. Além disso, o mesmo autor distingue, em uma sociedade desigual, a memória dos segmentos marginalizados - os dominados, as minorias - da "memória oficial", "memória coletiva nacional", sempre uniformizadora e opressora, dizendo haver um embate silente entre elas, frequentemente invisível, mas contínuo (POLLAK, 1989, p. 4). Nas elucidações de Halbwachs (2006, p. 56 - 61), a memória não se liga somente ao passado. Ela perpetua-se na consciência coletiva mediante o perpasso de fatos que ocorreram há anos, décadas, ou mesmo séculos, pelas "consciências individuais" reverberando seus efeitos objetiva e subjetivamente e influenciando no desenvolvimento das relações sociais.

40

Ora, nesse processo, as mídias digitais de hoje interferem poderosamente. Assim como os meios de comunicação de massa tradicionais, elas alteram os modos de interação social, o acesso e consumo de bens simbólicos, reorganizam a vida política e institucional e transformam radicalmente "as fronteiras entre a esfera pública e privada" (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 89). Na análise da mesma autora, a imprensa, e pode-se acrescentar, a esfera pública representada pelas redes sociais digitais, tornam-se "um campo de batalhas que sustenta o exercício de poder" e o controle das práticas políticas e, ainda, em novas dimensões, a transparência e visibilidade desse mesmo exercício (IDEM, p. 90). Também vale ressaltar o papel das mídias na transmissão de valores hegemônicos, descolando a memória coletiva, com seus símbolos e sentidos, dos contextos originários de sua produção (IBIDEM, p. 91).

Isso parece ser suficiente para ponderar que, se não há, ou pode não haver um debate consistente propriamente dito na esfera pública midiática, mas em boa medida, um embate ideológico, o fortalecimento da opinião pública e os riscos suscitados por sua possível opressão, no início do século e agora chama atenção o caráter distópico da comunicação entre estado e sociedade. Se na revolta da vacina

consente-se com a hipótese do negacionismo científico e da desinformação, pelo pouco acesso a informações factíveis e, por isso, pela maior permeabilidade às ceulemas morais e políticas, hoje, as mesmas hipóteses parecem ser outras apenas pela condição contrária do excesso de informações e do estratagema político-publicitário deliberado do estado de “dividir para governar”, polarizar para perpetuar a visão dos outros como inimigos do governo e de seus aliados.

O fato é que, se na revolta da vacina de 1904 a situação de crise econômica e sanitária levou ao terror das populações desfavorecidas pelo autoritarismo e pela imposição violenta de posturas governamentais, hoje, em uma igual situação de crise sanitária e econômica, mas de proporções incomparáveis, o uso do poder da irradiação midiática instaura não apenas o descomprometimento do governo, por sua convicção negacionista e meios escusos de se comunicar com os cidadãos do país, mas também, um autoritarismo velado de moralismos e a mesma estratégia de violência, agora essencialmente simbólica e baseada na promoção intencional de desinformação. De outro lado, as massas hoje muito mais numerosas, em seus movimentos antivacinas, não estão imunes igualmente a suscetibilidades ideológicas geradas pela polarização política habilmente engendrada pela força da racionalidade hegemônica de neoliberalização da vida política, em sua visão redutora (binária) da complexa realidade social e apropriação sem escrúpulos das subjetividades e coletividades (DARDOT; LAVAL, 2016).

41

Nessas condições, se as agitações revoltosas nas ruas do Rio de Janeiro exprimem os limites marcados pela sociedade civil em relação às interferências do governo na vida das pessoas e a legitimação ou não do acordo socioestatal (LAVALLE; SZWACO, 2015, p. 8), nas insurgências antivacinas das infovias e redes sociais, a subserviência cega aos ditames das racionalidades e políticas neoliberais, contrapostas ao populismo cabível ao foco eleitoreiro do governo, terminam por instaurar no teatro da vida política brasileira o ridículo político (TIBURI, 2020), fundado na farsa das inverdades proferidas em parlamentos mundiais ou nacionais e, até mesmo, da perversa popularidade, um fetiche premiado às avessas.

CONSIDERAÇÕES Finais

Embora mais de um século separe os dois contextos históricos, os motivos que os une são os mesmos: o negacionismo e a desinformação. Se, no primeiro

momento, houve falta de política pública de preparação da população para a vacinação, no cenário atual a desinformação é utilizada como instrumento de poder no jogo de forças cujo embate se impõe no campo ideológico. O negacionismo vira arma política ao fazer “vista grossa” para a história, a ciência e as evidências da complexa crise social de nossos dias e, ao mesmo tempo, perpetuar a ignorância em detrimento da razão, além de oportunismos diversos.

Se o acesso a trabalhos científicos pelas redes sociais é ainda limitado (VAN SCHALKWYK; DUDEK; COSTAS, 2020) e a opinião pública ganha força exponencial como forma predominante de conscientização social e política, o governo brasileiro apenas parece insuflar, nesse processo, as distopias da comunicação com os cidadãos do país, na forma de um descaso declarado e armado contra a desinformação, gerando o abuso de torná-la estratégica na forma de fazer alianças políticas.

Essa forma *despolítica* de governar e organizar a sociedade reflete dois elementos que requerem uma compreensão conjugada. No campo científico e tecnológico da saúde pública, deve-se salientar a existência de avanços indiscutíveis de controle epidêmico e conhecimento de bactérias e vírus. Porém, o desenvolvimento farmacológico e médico serão insuficientes caso não haja um projeto político pactuado e construído socialmente, em vista de um desenvolvimento social e cultural que contemple, para além da superação gradual das desigualdades socioeconômicas, o grande problema de nossa formação social - a alienação cívica, vale dizer, a falta de conscientização social e política fundamentada em uma cultura de participação democrática na vida pública.

42

A título ainda de considerações finais, é importante ressaltar outro contraponto inerentes aos fatos históricos aqui retratados e discutidos. Na Revolta da Vacina, o motim popular ganhou o território das ruas da cidade, de forma ruidosa, a modo de guerrilha, com agressões, apedrejamentos e destruição de bens públicos (VEIGA, 2020, não paginado). À sua vez, e ao contrário, os movimentos antivacinas se alastram, causando as suas peculiares reações e posturas violentas, de forma desterritorializada, no espaço aberto reservado aos ciberativistas de variada espécie.

Todavia, na *despoética* da *despolítica* do governo brasileiro, desde o início da pandemia, em pleno isolamento social, manifestações de ruas, instigadas pelo próprio governo, foram frequentes e “gritaram” com força mensagens antidemocráticas e anticonstitucionais.

Resta, portanto, a essa memória e reflexão dos tempos de pandemia, junto à nova estética dos painéis oposicionistas e de celebração aos profissionais e cientistas da saúde, a *desobediência*, similar à insubmissão, de que nos fala Mélechon (2017), de um ato singular, de sujeitos singulares engajados na luta pela emancipação coletiva, por um outro humanismo possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABI-RAMIA, J.; SANDOVAL, A. *Mestre do Tempo*. Rio de Janeiro: MultiRio, 2011. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/11429-a-revolta-da-vacina>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

AZEVEDO, A. N. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro*: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018.

COSTA, Z. G. A.; ROMANO, A. P. M.; ELKHOURY, A. N. M.; FLANNERY, B. Evolução histórica da vigilância epidemiológica e do controle da febre amarela no Brasil. In: *Ananindeua: Revista Pan-Amazônica de Saúde*, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?pid=S2176-62232011000100002&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 26 set 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal; tradução Mariana Echalar. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. Edição Kindle.

DEL REGATO, J. A. “Carlos Juan Finlay (1833-1915)”. In: *Journal of Public Health Policy*, v. 22, n. 1, 2001. pp. 98-104. Disponível em: <www.jstor.org/stable/3343556>. Acesso em: 26 set. 2020.

FIOCRUZ, 105 anos. “A revolta da Vacina”. In: *Agência Fiocruz de Notícias*. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2>. Acesso em: 26 set 2020.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Centauro, 2006.

JOVCHELOVITCH, S. *Representações sociais e esfera pública*: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2000.

KOZINETS, R. V. *Netnografia*: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAVALLE, A. G.; SZWACO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião pública*, Campinas, vol. 21, nº 1, abril, 2015, p. 157-187.

MÉLECHON, J-L. “L’insoumission est un nouvel humanisme ». In: *Jean-Luc Mélechon Le Blog*. Disponível em: <https://melenchon.fr/2017/08/26/linsoumission-nouvel-humanisme/>. Acesso em 21-09-2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde. “Información errónea sobre las vacunas: anuncio de la declaración de la OMS en Facebook e Instagram”. 2020. In: *OMS*. Disponível em: <<https://www.who.int/es/news-room/detail/04-09-2019-vaccine-misinformation-statement-by-who-director-general-on-facebook-and-instagram>>. Acesso em 26 de setembro de 2020.

PEREIRA, M. A. F. Enfrentamentos e lutas pela vida: portugueses em Santos no final do século XIX (1880-1900). In: *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Fronteira do Caos, 2011. pp. 397-413.

POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. Trad. Dora Rocha Flaksman. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 18 abr 2018.

PORTA, M. editor. *Dictionary of Epidemiology*. 5th ed. New York: Oxford University Press; 2008.

RIBEIRO, A. C.; MARQUES, M. C. C.; MOTA, A. “A gripe espanhola pela lente da história local: arquivos, memória e mitos de origem em Botucatu, SP, Brasil, 1918”. In: *Interface*, Botucatu, v. 24, n. 23, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/icse/2020.v24/e190652/pt/>>. Acesso em: 26 set 2020.

SECS - SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. “1904 - Revolta da Vacina: a maior batalha do Rio”. In: *Cadernos da Comunicação. Série Memória*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101424/memoria16.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SEVCENKO, N. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, E. F.; GONÇALVES, S. J. C. “Estudo histórico da febre amarela no Brasil com enfoque o Estado do Rio de Janeiro e o papel da enfermagem frente a doença”. In: *Revista Pró-UniverSUS*. Vassouras, v. 10, n. 1, 2019. Disponível em: <<http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/1627>>. Acesso em: 26 set 2020.

SILVA JUNIOR, J. B. 40 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma conquista da Saúde Pública brasileira. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, 22(1):7-8, jan-mar 2013.

STEVANIM, L. F. E agora, Zé? *Radis*, N. 196, janeiro de 2019.

TIBURI, M. *Ridículo político*: análise de uma mutação estético-política, inédito, 2020.

VAN SCHALKWYK, F., DUDEK, J. & COSTAS, R. (2020). *Communities of shared interests and cognitive bridges*: the case of the anti-vaccination movement on Twitter. *Scientometrics*. <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03551-0>

VEIGA, E. “O que foi a Revolta da Vacina e quais suas semelhanças com o mundo de 2020”. In: *Tab Uol*. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/08/22/o-que-foi-a-revolta-da-vacina-e-quais-suas-semelhancas-com-o-mundo-de-2020.htm>. Acesso em 27-09-2020.

Artigo recebido em: 18 de julho de 2021

Artigo Aprovado em: 02 de dezembro de 2021